

**Ao PRESIDENTE DO CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
DO SENADO FEDERAL, O SENADOR JAYME CAMPOS.**

TÚLIO GADELHA SALES DE MELO, que se apresenta como **TÚLIO GADELHA**, CPF [REDACTED] **ANA PAULA BRANDÃO DA SILVA FARIAS**, que se apresenta como **ENFERMEIRA ANA PAULA**, CPF [REDACTED] gabinete 936, Anexo IV; **BENEDITA SOUZA DA SILVA SAMPAIO**, que se apresenta como **BENEDITA DA SILVA**, CPF [REDACTED], gabinete 330, Anexo IV; **DUDA SALABERT ROSA**, que se apresenta como **DUDA SALABERT**, CPF [REDACTED], gabinete 840, Anexo IV; **GISELA SIMONA VIANA DE SOUZA**, que se apresenta como **GISELA SIMONA**, CPF [REDACTED], gabinete 602, Anexo IV; **JANDIRA FEGHALI**, CPF [REDACTED] gabinete 622, anexo IV; **MARIA LAURA MONTEZA DE SOUZA CARNEIRO**, que se apresenta como **LAURA CARNEIRO**, CPF [REDACTED], gabinete 210, anexo IV; **MARIA LEAL ARRAES DE ALENCAR**, CPF [REDACTED], gabinete 654, anexo IV; **TABATA CLAUDIA AMARAL DE PONTES**, que se apresenta como **TABATA AMARAL**, CPF [REDACTED], gabinete 848, Anexo IV; e **TALIRIA PETRONE SOARES**, que se apresenta como **TALÍRIA PETRONE**, CPF [REDACTED] gabinete 193, Anexo III; **TODOS** brasileiros, deputados federais, com endereço profissional na Câmara dos Deputados, Praça dos Três Poderes, Brasília (DF), nos gabinetes parlamentares indicados, **VEM**, respeitosamente, perante este Conselho de Ética, com fulcro nos arts. 2º e 17 do Código de Ética e Decoro Parlamentar instituído pela Resolução nº 20/1993, propor **DENÚNCIA** em face do Senador Federal o Sr. **FRANCISCO PLÍNIO VALÉRIO TOMAZ** representante do Estado Amazonas, com Gabinete no Senado Federal Anexo 1,

25º Pavimento, Telefones: (61) 3303-2898 / 2800, E-mail: sen.pliniovalerio@senado.leg.br, pelas razões de fato e de direito doravante articuladas:

1. DA LEGITIMIDADE ATIVA:

Os denunciantes possuem legitimidade ativa para apresentar esta denúncia, conforme previsto no artigo 17 do Código de Ética e Decoro Parlamentar, estabelecido pela Resolução nº 20/1993:

Art. 17. Perante o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, poderão ser diretamente oferecidas, por qualquer parlamentar, cidadão ou pessoa jurídica, denúncias relativas ao descumprimento, por Senador, de preceitos contidos no Regimento Interno e neste Código.

Assim, independentemente de atuar como parlamentar ou cidadão, os denunciantes possuem plena legitimidade para apresentar esta representação.

2. DA QUESTÃO FACTUAL:

O senador da República Plínio Valério (PSDB-AM), durante seu discurso no evento de entrega da Medalha do Mérito Comercial do Amazonas 2025, promovido pela **Federação do Comércio do Amazonas (Fecomércio-AM)** no último dia 13, em Manaus (AM), fez declarações que geraram ampla repercussão e indignação:



https://www.instagram.com/reel/DHWM8ravhjD/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRIODBiNWFiZA%3D%3D

Em sua fala, ao relembrar a participação da Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, na CPI das ONGs, o senador afirmou:

"A Marina esteve na CPI das ONGs por seis horas e dez minutos. Imagine o que é tolerar Marina Silva por seis horas e dez minutos sem enforcá-la. A minha mulher, que está ali, a Ana, mandava mensagens o tempo todo, né? Instigando, jogando gasolina. E, no final, ela me disse: 'Se você tivesse dez por cento da paciência que teve com a Marina, a gente nunca brigaria.'"

A declaração do parlamentar rapidamente repercutiu na internet, provocando forte reação pública. O teor de sua fala ultrapassa os limites da

imunidade parlamentar, uma vez que não possui qualquer relação com sua atuação como representante do Estado do Amazonas, mas sim um evidente caráter de violência de gênero. A fala não apenas minimiza e desqualifica a presença da Ministra Marina Silva no cenário político, como também reforça um discurso de incitação à violência contra a mulher, um crime tipificado na legislação brasileira e que tem sido amplamente combatido, sobretudo no contexto da política nacional.¹

O uso do termo "*enforcá-la*" direcionado a uma mulher em um contexto de discordância política carrega uma carga simbólica extremamente grave, pois remete à supressão da voz feminina pelo uso da força, à tentativa de desqualificar e intimidar uma liderança política pelo simples fato de ser mulher. Esse tipo de manifestação não se trata de um mero excesso verbal, mas de uma incitação à violência, reproduzindo a cultura de ameaça e silenciamento que historicamente tem afastado mulheres da política.²

A repercussão do caso ganhou espaço na mídia nacional, incluindo a coluna da jornalista Míriam Leitão, no jornal O Globo, que questionou se o Senado Federal ficará impune após sua declaração:

"Se o Senado aceitar isso sem uma reação imediata contra o senador, se o país não reagir a isso, estará autorizando que a divergência política, quando envolve uma mulher, seja realizada como violência. O senador tem essa fúria toda contra a ministra do Meio Ambiente porque sempre ficou incomodado pelo trabalho dela em defesa da Amazônia e contra o desmatamento. A taxa de desmatamento caiu fortemente e o crime

¹ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/114192.htm.

² OSBORNE, Raquel. De la «violencia»(de género) a las «cifras de la violencia»: una cuestión política. Empiria. Revista de metodología de las Ciencias Sociales, n. 15, p. 99-124, 2008.

foi combatido nos primeiros dois anos do exercício do cargo de ministra do Meio Ambiente. Por sua atuação como gestora, a ministra foi ameaçada."³

Diante da gravidade do ocorrido, torna-se imprescindível que o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal receba a devida denúncia para apurar os fatos e aplicar as sanções cabíveis ao senador Plínio Valério. **O episódio evidencia uma clara violência política de gênero e uma ameaça proferida em espaço público por um representante do Parlamento, o que exige uma resposta institucional firme e imediata.**

3. DO DESRESPEITO AOS PRINCÍPIOS ÉTICOS E AO DECORO PARLAMENTAR:

Insofismável, que a cota de participação feminina nos pleitos eleitorais incentiva uma maior igualdade de oportunidades, tencionando tornar as disputas mais igualitárias ao mitigar desvantagens históricas.⁴ A instituição dessas medidas que delineiam uma política afirmativa tem o fator teleológico de proporcionar uma maior participação das mulheres nos pleitos eleitorais, considerando-o como um grupo hipossuficiente.⁵ Elas, em razão de fatores

³ O GLOBO. O senador Plínio Valério, que ameaçou Marina Silva, ficará sem punição?. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/blogs/miriam-leitao/post/2025/03/o-senador-plinio-valerio-que-ameacou-marina-silva-ficara-sem-punicao.ghml>. Acessado em: 19/03/2025.

⁴ AGRA, Walber de Moura Agra; SANTOS, Maria Stephany dos. Cotas, candidaturas laranjas, melhor divisão de recursos financeiros e a inafastabilidade da realidade. ESTUDOS ELEITORAIS, v. 14, p. 203-230, 2020.

⁵ O conceito de minoria é tratado no texto, não sob o ponto de vista demográfico, em termos de número de população e sim, no aspecto sociológico no qual se define como um subgrupo existente dentro de uma sociedade que se considera e/ou é considerado diferente do grupo maior e/ou dominante, em razão de características étnicas, religiosas, ou de língua, costumes, nacionalidade etc., e que, por essa razão, não tem os mesmos direitos e/ou as mesmas oportunidades que o grupo majoritário, ou é alvo de discriminação ou preconceito. (BOUDON, Raymond, FRANÇOIS, Bourricaud. Dicionário crítico de sociologia. São Paulo: Ática, 1973, p.342)

complexos, foram inferiorizadas do ponto de vista social, cultural, econômico, familiar e político.⁶ Nódia essa que não é apenas apanágio no Brasil.

Dando vazão a essa estruturação sistemática legal a partir de 4 de agosto de 2021, com a promulgação da Lei nº 14.192/2021, que estabeleceu normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher, observa-se marcos essenciais no combate às desigualdades estruturais que historicamente excluíram as mulheres da arena política. Trata-se não apenas de uma reparação, mas de um compromisso inadiável com a construção de uma democracia mais justa e representativa.

A conduta do senador Plínio Valério ao proferir a declaração "Imagine o que é tolerar Marina Silva por seis horas e dez minutos sem enforcá-la" em evento público configura um claro descumprimento dos deveres fundamentais estabelecidos no **Código de Ética e Decoro Parlamentar**, instituído pela Resolução nº 20/1993.

A falta de decoro parlamentar. Sua tipificação é um conceito indeterminado,⁷ que varia de acordo com as decisões políticas.⁸ Uma das

⁶ "A se considerar as pesquisas atuais, essa sub-representação não decorre de um fator natural simplesmente porque as mulheres não querem participar da política. Esse cenário decorre dessa complexidade de fatores e, sobretudo, de uma história que posicionou os homens em grande vantagem frente às mulheres." SILVEIRA, Marilda. **Revogação das Cotas: o Poder de quem Larga na Frente**. Disponível: <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/revogacao-das-cotas-o-poder-de-quem-larga-na-frente/>. Acessível: 19/03/2025.

⁷ "O decoro parlamentar serve para extirpar a maça podre do parlamento, que compromete a imagem e abala a segurança e estabilidade das instituições, uma vez que a simples existência do Estado não é suficiente para acabar com a guerra de todos contra todos; somente a crença e o respeito nas instituições são capazes de fazê-lo. (BIM, Eduardo Fortunato. A cassação de mandato por quebra de decoro parlamentar, p. 74).

⁸ Eros Roberto Grau não admite a existência de conceitos indeterminados; na realidade, existiriam conceitos que devem ser completados pelos operadores jurídicos. Ensina: "Os conceitos consubstanciam sumas de ideias que, para se realizarem como conceitos, hão de ser, no mínimo, determinadas. A mencionada indeterminação dos conceitos jurídicos, pois, não é deles, mas sim dos termos que os expressam, mercê da sua ambiguidade ou imprecisão [...]. Nesse sentido, talvez

tipificações mais comuns de perda de mandato por falta de decoro parlamentar ocorre quando o deputado ou senador mente em plenário, seja em depoimento na comissão parlamentar de inquérito, seja em declarações proferidas em plenário ou quando sua conduta destoa do parâmetro moral mínimo exigido, como o desrespeito acintoso a colegas. Elenco extensivo dos casos de falta de decoro parlamentar pode ser encontrado na mencionada Resolução, que tipifica o abuso das prerrogativas asseguradas aos parlamentares, em sentido lato, sendo impossível imputar aos parlamentares a responsabilidade pela prática de atos anteriores ao exercício do seu mandato.⁹

A concepção de decoro está associada ao conceito de ética.¹⁰ O conceito de ética passou por transformações significativas ao longo do tempo. No entanto, sua aplicação prática ainda se mantém alinhada ao significado original de hábito, uso, costume e direito.¹¹

O artigo 2º do referido Código impõe aos senadores a obrigação de promover a defesa dos interesses populares e nacionais (inciso I) e zelar pelo aprimoramento da ordem constitucional e legal do País, especialmente das instituições democráticas e representativas (inciso II). Contudo, ao recorrer a uma retórica violenta contra uma liderança política feminina, o Senador não apenas

pudéssemos referi-los como conceitos carentes de preenchimento com dados extraídos da realidade. Daí a afirmação, que introduzo, de que os parâmetros para tal preenchimento - quando se trate de conceito aberto por imprecisão - devem ser buscados na realidade, inclusive na consideração das concepções políticas predominantes, concepções essas que variam conforme a atuação das forças sociais" (GRAU, Eros Roberto. *Direito, conceitos e normas jurídicas*. São Paulo: RT, 1988. p. 72).

⁹ AGRA, Walber de Moura. *Curso de Direito Constitucional*. 10ª ed. Belo Horizonte: Forum, 2021, p. 534.

¹⁰ ALMEIDA, Larissa de Moura Guerra. A cassação de mandato eletivo por quebra de decoro parlamentar: a "exceção normativa" na sua formatação in concreto e as implicações na proteção dos direitos humanos e políticos. In: Congresso Internacional de Direitos Humanos de Coimbra. 2022, p. 19.

¹¹ ADEODATO, João Maurício. *Ética e retórica*. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 71.

desrespeita tais preceitos, como também contribui para a perpetuação de um ambiente hostil à participação das mulheres na política, indo contra as normas que visam garantir maior igualdade de oportunidades e coibir a violência política de gênero,¹² previstas na Lei nº 14.192/2021.

Além disso, o inciso III do artigo 2º estabelece que o Senador deve exercer seu mandato com dignidade e respeito à coisa pública e à vontade popular. No entanto, a declaração proferida não apenas fere a dignidade da ministra Marina Silva, mas também desqualifica o debate político ao utilizar uma linguagem de incitação à violência, destoando completamente da postura esperada de um representante do Senado Federal. Notadamente, o representante do Estado do Amazonas transcendeu a sua imunidade parlamentar e malferiu os direitos de participação política da mulher depreciando a condição de mulher (da Ministra) e incitando a violência de gênero e, portanto, estimulando a discriminação em razão do sexo feminino:¹³

¹² O exercício da ação penal em contextos de violência contra a mulher constitui verdadeiro instrumento para garantir a observância dos direitos humanos, devendo ser compreendido, à luz do Direito Internacional dos Direitos Humanos, como parte integrante da obrigação do Estado brasileiro de garantir o livre e pleno exercício destes direitos a toda pessoa que esteja sujeita à sua jurisdição e de assegurar a existência de mecanismos judiciais eficazes para proteção contra atos que os violem. (STJ. 6ª Turma. RMS 70.338-SP, Rel. Min. Laurita Vaz, julgado em 22/8/2023 (Info 785).

¹³ A liberdade de expressão não alcança a prática de discursos dolosos (actual malice), com intuito manifestamente difamatório de juízos depreciativos de mero valor de injúrias em razão da forma ou de críticas aviltantes. A garantia da imunidade parlamentar, que deve ser compreendida de forma extensiva para a garantia do adequado desempenho de mandatos parlamentares, não alcança os atos que sejam praticados sem claro nexo de vinculação recíproca do discurso com o desempenho das funções parlamentares (teoria funcional) ou nos casos em que for utilizada para a prática de flagrantes abusos, usos criminosos, fraudulentos ou ardilosos. Prevaleceu o voto-vista do Ministro Gilmar Mendes no sentido de que as declarações de Kajuru são desvinculadas do mandato parlamentar. Para o Ministro, as manifestações do Senador têm conteúdo injurioso e foram proferidas de forma dolosa e genérica, com intenção de destruir reputações, sem qualquer indicação de prova que pudesse corroborar as acusações. STF. 2ª Turma. Pet 8242, 8259, 8262, 8263, 8267 e 8366 AgR/DF, Rel. Min. Celso de Mello, redator do acórdão Min. Gilmar Mendes, julgados em 3/5/2022 (Info 1053).

No caso, a frase do parlamentar tem potencial para estimular a perspectiva da superioridade masculina e a intimidação da mulher pela ameaça de uso da violência. Assim, a afirmação pública do Deputado tem, em tese, o potencial de reforçar a ideia eventualmente existente em outros homens de praticarem violência contra a mulher.

STF. 1ª Turma. Inq 3932/DF e Pet 5243/DF, Rel. Min. Luiz Fux, julgados em 21/6/2016 (Info 831).

Dessa forma, a fala do senador Plínio Valério não pode ser relativizada como um simples excesso verbal, pois afronta diretamente os princípios da ética parlamentar, além de configurar uma violência política de gênero, que tem sido amplamente combatida pelo ordenamento jurídico brasileiro. Na verdade, ocorreu um acintoso rebaixamento da condição humana. Diante da gravidade do ocorrido, torna-se necessário que o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal receba e aprecie a Representação para apurar as condutas incompatíveis com a função legislativa e aplique as sanções cabíveis.

Diante do exposto, impõe-se a aplicação de medida disciplinar nos termos dos arts. 7º e seguintes do **Código de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal**,¹⁴ garantindo uma resposta proporcional à gravidade da conduta do Senador Plínio Valério, **que se revela flagrantemente incompatível com os princípios que regem a função parlamentar**, como representante eleito do Estado do Amazonas/AM.

4. DOS REQUERIMENTOS FINAIS:

¹⁴ Art. 7º As medidas disciplinares são: I - a) advertência; b) censura; c) perda temporária do exercício do mandato; d) perda do mandato.

Diante do exposto, requer-se o recebimento da presente denúncia, nos termos do **art. 17 da Resolução nº 20/1993**,¹⁵ e a adoção das providências cabíveis frente ao evidente descumprimento do Código de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal pelo **Senador Plínio Valério/AM**.

Nestes termos, pede deferimento.

Recife (PE), 19 de março de 2025.

ANA PAULA BRANDÃO DA SILVA
FARIAS

Deputada Federal

MARIA LAURA MONTEZA DE SOUZA
CARNEIRO

Deputada Federal

BENEDITA SOUZA DA SILVA
SAMPAIO

Deputada Federal

TABATA CLAUDIA AMARAL DE
PONTES

Deputada Federal

DUDA SALABERT ROSA

Deputada Federal

TALIRIA PETRONE SOARES

Deputada Federal

¹⁵ Art. 17. Perante o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, poderão ser diretamente oferecidas, por qualquer parlamentar, cidadão ou pessoa jurídica, denúncias relativas ao descumprimento, por Senador, de preceitos contidos no Regimento Interno e neste Código. § 1º Não serão recebidas denúncias anônimas. § 2º Recebida a denúncia, o Conselho promoverá apuração preliminar e sumária dos fatos, ouvido o denunciado e providenciadas as diligências que entender necessárias, dentro do prazo de trinta dias. § 3º Considerada procedente denúncia por fato sujeito a medidas previstas nos arts. 8º e 9º, o Conselho promoverá sua aplicação, nos termos ali estabelecidos. Verificando tratar-se de infrações incluídas entre as hipóteses dos arts. 10 e 11, procederá na forma do art. 15. § 4º Poderá o Conselho, independentemente de denúncia ou representação, promover a apuração, nos termos deste artigo, de ato ou omissão atribuída a Senador.



JANDIRA FEGHALI

Deputada Federal

TÚLIO GADELHA SALES DE MELO

Deputado Federal

GISELA SIMONA VIANA DE SOUZA

Deputada Federal

MARIA LEAL ARRAES DE ALENCAR

Deputada Federal

WALBER DE MOURA AGRA

OAB/PE 757-B

DAYANNE RODRIGUES

OAB/PE 61.775

W

Denúncia_Conselho de Ética Senado_VF 1.pdf

Documento número #12603297-2de0-467b-908d-a08df2d70402

Hash do documento original (SHA256): f6b096737a72b57f4e870625c4952db773f66328371dd02514659173889e2eb3

Assinaturas

✓ **MARIA LAURA MONTEZA DE SOUZA CARNEIRO**

Assinou em 20 mar 2025 às 11:02:55

✓ **DUDA SALABERT ROSA**

Assinou em 20 mar 2025 às 11:06:18

✓ **ANA PAULA BRANDÃO DA SILVA FARIAS**

Assinou em 20 mar 2025 às 11:32:10

✓ **TABATA CLAUDIA AMARAL DE PONTES**

Assinou em 20 mar 2025 às 11:39:47

✓ **GISELA SIMONA VIANA DE SOUZA**

Assinou em 20 mar 2025 às 11:41:57

✓ **JANDIRA FEGHALI**

Assinou em 20 mar 2025 às 11:48:49

✓ **TÚLIO GADELHA SALES DE MELO**

Assinou em 20 mar 2025 às 10:48:23

✓ **TALIRIA PETRONE SOARES**

Assinou em 20 mar 2025 às 10:49:37

**BENEDITA SOUZA DA SILVA SAMPAIO**

Assinou em 20 mar 2025 às 11:36:57

Log

- 20 mar 2025, 10:03:07 Operador com email [REDACTED] na Conta 22bca03f-f66c-4447-95cf-a9126efaf179 criou este documento número 12603297-2de0-467b-908d-a08df2d70402. Data limite para assinatura do documento: 19 de abril de 2025 (09:56). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.
- 20 mar 2025, 10:04:54 Operador com email [REDACTED] na Conta 22bca03f-f66c-4447-95cf-a9126efaf179 alterou o processo de assinatura. Finalização automática após a última assinatura: não habilitada.
- 20 mar 2025, 10:04:54 Operador com email [REDACTED] na Conta 22bca03f-f66c-4447-95cf-a9126efaf179 adicionou à Lista de Assinatura: beneditadasilva@camara.leg.br para assinar, via E-mail.
- Pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; endereço de IP; Assinatura manuscrita. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo BENEDITA SOUZA DA SILVA SAMPAIO.
- 20 mar 2025, 10:04:54 Operador com email [REDACTED] na Conta 22bca03f-f66c-4447-95cf-a9126efaf179 adicionou à Lista de Assinatura: dep.enfermeiraanapaula@camara.leg.br para assinar, via E-mail.
- Pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP; Assinatura manuscrita. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo ANA PAULA BRANDÃO DA SILVA FARIAS.
- 20 mar 2025, 10:04:54 Operador com email [REDACTED] na Conta 22bca03f-f66c-4447-95cf-a9126efaf179 adicionou à Lista de Assinatura: dep.dudasalabert@camara.leg.br para assinar, via E-mail.
- Pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP; Assinatura manuscrita. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo DUDA SALABERT ROSA.
- 20 mar 2025, 10:04:54 Operador com email [REDACTED] na Conta 22bca03f-f66c-4447-95cf-a9126efaf179 adicionou à Lista de Assinatura: dep.giselasimona@camara.leg.br para assinar, via E-mail.
- Pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP; Assinatura manuscrita. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo GISELA SIMONA VIANA DE SOUZA.

20 mar 2025, 10:04:54	<p>Operador com email [REDACTED] na Conta 22bca03f-f66c-4447-95cf-a9126efaf179 adicionou à Lista de Assinatura: dep.jandirafeghali@camara.leg.br para assinar, via E-mail.</p> <p>Pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP; Assinatura manuscrita. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo JANDIRA FEGHALI.</p>
20 mar 2025, 10:04:54	<p>Operador com email [REDACTED] na Conta 22bca03f-f66c-4447-95cf-a9126efaf179 adicionou à Lista de Assinatura: dep.lauracarneiro@camara.leg.br para assinar, via E-mail.</p> <p>Pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP; Assinatura manuscrita. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo MARIA LAURA MONTEZA DE SOUZA CARNEIRO.</p>
20 mar 2025, 10:04:54	<p>Operador com email [REDACTED] na Conta 22bca03f-f66c-4447-95cf-a9126efaf179 adicionou à Lista de Assinatura: dep.tabataamaral@camara.leg.br para assinar, via E-mail.</p> <p>Pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP; Assinatura manuscrita. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo TABATA CLAUDIA AMARAL DE PONTES.</p>
20 mar 2025, 10:04:54	<p>Operador com email [REDACTED] na Conta 22bca03f-f66c-4447-95cf-a9126efaf179 adicionou à Lista de Assinatura: dep.taliriapetrone@camara.leg.br para assinar, via E-mail.</p> <p>Pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP; Assinatura manuscrita. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo TALIRIA PETRONE SOARES.</p>
20 mar 2025, 10:04:54	<p>Operador com email [REDACTED] na Conta 22bca03f-f66c-4447-95cf-a9126efaf179 adicionou à Lista de Assinatura: dep.tuliogadelha@camara.leg.br para assinar, via E-mail.</p> <p>Pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP; Assinatura manuscrita. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo TÚLIO GADELHA SALES DE MELO.</p>
20 mar 2025, 10:19:15	<p>Operador com email [REDACTED] na Conta 22bca03f-f66c-4447-95cf-a9126efaf179 fez alteração em beneditadasilva@camara.leg.br: assinar.</p> <p>Pontos de autenticação: Certificado Digital</p>
20 mar 2025, 10:19:15	<p>Operador com email [REDACTED] na Conta 22bca03f-f66c-4447-95cf-a9126efaf179 fez alteração em dep.enfermeiraanapaula@camara.leg.br: assinar.</p> <p>Pontos de autenticação: Certificado Digital</p>
20 mar 2025, 10:19:15	<p>Operador com email [REDACTED] na Conta 22bca03f-f66c-4447-95cf-a9126efaf179 fez alteração em dep.dudasalabert@camara.leg.br: assinar.</p> <p>Pontos de autenticação: Certificado Digital</p>

20 mar 2025, 10:19:15	Operador com email [REDACTED] na Conta 22bca03f-f66c-4447-95cf-a9126efaf179 fez alteração em dep.giselasimona@camara.leg.br: assinar. Pontos de autenticação: Certificado Digital
20 mar 2025, 10:19:15	Operador com email [REDACTED] na Conta 22bca03f-f66c-4447-95cf-a9126efaf179 fez alteração em dep.jandirafeghali@camara.leg.br: assinar. Pontos de autenticação: Certificado Digital
20 mar 2025, 10:19:15	Operador com email [REDACTED] na Conta 22bca03f-f66c-4447-95cf-a9126efaf179 fez alteração em dep.lauracarneiro@camara.leg.br: assinar. Pontos de autenticação: Certificado Digital
20 mar 2025, 10:19:15	Operador com email [REDACTED] na Conta 22bca03f-f66c-4447-95cf-a9126efaf179 fez alteração em dep.tabataamaral@camara.leg.br: assinar. Pontos de autenticação: Certificado Digital
20 mar 2025, 10:19:15	Operador com email [REDACTED] na Conta 22bca03f-f66c-4447-95cf-a9126efaf179 fez alteração em dep.taliriapetrone@camara.leg.br: assinar. Pontos de autenticação: Certificado Digital
20 mar 2025, 10:19:15	Operador com email [REDACTED] na Conta 22bca03f-f66c-4447-95cf-a9126efaf179 fez alteração em dep.tuliogadelha@camara.leg.br: assinar. Pontos de autenticação: Certificado Digital
20 mar 2025, 10:47:19	Operador com email [REDACTED] na Conta 22bca03f-f66c-4447-95cf-a9126efaf179 fez alteração em beneditadasilva@camara.leg.br: assinar. Pontos de autenticação: Token via E-mail
20 mar 2025, 10:47:19	Operador com email [REDACTED] na Conta 22bca03f-f66c-4447-95cf-a9126efaf179 fez alteração em dep.enfermeiraanapaula@camara.leg.br: assinar. Pontos de autenticação: Token via E-mail
20 mar 2025, 10:47:19	Operador com email [REDACTED] na Conta 22bca03f-f66c-4447-95cf-a9126efaf179 fez alteração em dep.dudasalabert@camara.leg.br: assinar. Pontos de autenticação: Token via E-mail
20 mar 2025, 10:47:20	Operador com email [REDACTED] na Conta 22bca03f-f66c-4447-95cf-a9126efaf179 fez alteração em dep.giselasimona@camara.leg.br: assinar. Pontos de autenticação: Token via E-mail

20 mar 2025, 10:47:20 Operador com email [REDACTED] na Conta 22bca03f-f66c-4447-95cf-a9126efaf179 fez alteração em dep.jandirafeghali@camara.leg.br: assinar.

Pontos de autenticação: Token via E-mail

20 mar 2025, 10:47:20 Operador com email [REDACTED] na Conta 22bca03f-f66c-4447-95cf-a9126efaf179 fez alteração em dep.lauracarneiro@camara.leg.br: assinar.

Pontos de autenticação: Token via E-mail

20 mar 2025, 10:47:20 Operador com email [REDACTED] na Conta 22bca03f-f66c-4447-95cf-a9126efaf179 fez alteração em dep.tabataamaral@camara.leg.br: assinar.

Pontos de autenticação: Token via E-mail

20 mar 2025, 10:47:20 Operador com email [REDACTED] na Conta 22bca03f-f66c-4447-95cf-a9126efaf179 fez alteração em dep.talriapetrone@camara.leg.br: assinar.

Pontos de autenticação: Token via E-mail

20 mar 2025, 10:47:20 Operador com email [REDACTED] na Conta 22bca03f-f66c-4447-95cf-a9126efaf179 fez alteração em dep.tuliogadelha@camara.leg.br: assinar.

Pontos de autenticação: Token via E-mail

20 mar 2025, 10:48:23 TÚLIO GADELHA SALES DE MELO assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail dep.tuliogadelha@camara.leg.br. CPF informado: [REDACTED] [REDACTED] Componente de assinatura versão 1.1156.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.

20 mar 2025, 10:49:37 TALIRIA PETRONE SOARES assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail dep.talriapetrone@camara.leg.br. CPF informado: [REDACTED] [REDACTED] Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: [REDACTED] URL para abrir a localização no mapa: <https://app.clicksign.com/location>. Componente de assinatura versão 1.1156.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.

20 mar 2025, 11:02:55 MARIA LAURA MONTEZA DE SOUZA CARNEIRO assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail dep.lauracarneiro@camara.leg.br. CPF informado: [REDACTED] [REDACTED] Componente de assinatura versão 1.1156.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.

20 mar 2025, 11:06:18 DUDA SALABERT ROSA assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail dep.dudasalabert@camara.leg.br. CPF informado: [REDACTED] [REDACTED] Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: [REDACTED] URL para abrir a localização no mapa: <https://app.clicksign.com/location>. Componente de assinatura versão 1.1156.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.

20 mar 2025, 11:32:10 ANA PAULA BRANDÃO DA SILVA FARIAS assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail dep.enfermeiraanapaula@camara.leg.br. CPF informado: [REDACTED] [REDACTED] Componente de assinatura versão 1.1156.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.

20 mar 2025, 11:34:04 Operador com email [REDACTED] na Conta 22bca03f-f66c-4447-95cf-a9126efaf179 fez alteração em beneditadasilva@camara.leg.br: dep.beneditadasilva@camara.leg.br para assinar

20 mar 2025, 11:36:57 BENEDITA SOUZA DA SILVA SAMPAIO assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail dep.beneditadasilva@camara.leg.br. CPF informado: [REDACTED] [REDACTED] Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: [REDACTED] [REDACTED] URL para abrir a localização no mapa: <https://app.clicksign.com/location>. Componente de assinatura versão 1.1156.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.

20 mar 2025, 11:39:47 TABATA CLAUDIA AMARAL DE PONTES assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail dep.tabataamaral@camara.leg.br. CPF informado: [REDACTED] [REDACTED] Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: [REDACTED] [REDACTED] URL para abrir a localização no mapa: <https://app.clicksign.com/location>. Componente de assinatura versão 1.1156.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.

20 mar 2025, 11:41:57 GISELA SIMONA VIANA DE SOUZA assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail dep.giselasimona@camara.leg.br. CPF informado: [REDACTED] [REDACTED] Componente de assinatura versão 1.1156.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.

20 mar 2025, 11:48:49 JANDIRA FEGHALI assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail dep.jandirafeghali@camara.leg.br. CPF informado: [REDACTED] [REDACTED] Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: [REDACTED] [REDACTED] URL para abrir a localização no mapa: <https://app.clicksign.com/location>. Componente de assinatura versão 1.1156.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.

20 mar 2025, 11:50:21 Operador com email [REDACTED] na Conta 22bca03f-f66c-4447-95cf-a9126efaf179 finalizou o processo de assinatura. Processo de assinatura concluído para o documento número 12603297-2de0-467b-908d-a08df2d70402.



Documento assinado com validade jurídica.

Para conferir a validade, acesse <https://www.clicksign.com/validador> e utilize a senha gerada pelos signatários ou envie este arquivo em PDF.

As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº. 2200-2 / 2001

Este Log é exclusivo e deve ser considerado parte do documento nº 12603297-2de0-467b-908d-a08df2d70402, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign, disponível em www.clicksign.com.